

COMUNICAÇÃO DE RISCOS NO BRASIL: IDENTIFICAÇÃO DOS ESTUDOS ACERCA DE DESASTRES E SUAS ABORDAGENS

RISK COMMUNICATION IN BRAZIL: IDENTIFICATION OF STUDIES ON DISASTERS AND THEIR APPROACHES

COMUNICACIÓN DE RIESGOS EN BRASIL: IDENTIFICACIÓN DE ESTUDIOS SOBRE DESASTRES Y SUS ABORDAJES

Eloisa Beling Loose

■ Professora e pesquisadora do Departamento de Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do Laboratório de Comunicação Climática (CNPq/UFRGS). Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento, e em Comunicação.

■ Profesora e investigadora del Departamento de Comunicación de la Facultad de Biblioteconomía y Comunicación de la Universidad Federal de Rio Grande do Sul. Coordinadora del Laboratorio de Comunicación sobre el Clima (CNPq/UFRGS). Doctora en Medio Ambiente y Desarrollo y en Comunicación.

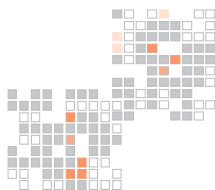
■ E-mail: eloisa.beling@gmail.com

Cora Catalina Gaete Quinteros

■ Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP) e integrante do grupo de pesquisa "Laboratório de Comunicação Climática", da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

■ Es doctora en Ciencias de la Comunicación por la Universidad de São Paulo (USP) y miembro del grupo de investigación "Laboratorio de Comunicación Climática" de la Universidad Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS).

■ E-mail: coracatalina@gmail.com



RESUMO

Este artigo mapeia o percurso da comunicação de riscos no Brasil, considerando sua interdisciplinaridade e a intensificação de riscos climáticos (Beck, 2011, 2018). A partir de pesquisa bibliográfica sistemática, identifica a evolução da área, destacando as abordagens comunicacionais. O objetivo é investigar o seu desenvolvimento para ampliar o debate na Comunicação no contexto de riscos de desastres climáticos. Os resultados mostram uma produção acadêmica ainda incipiente e dispersa, marcada por uma abordagem gerencial. Nesse sentido, propõe-se um debate ampliado para aprimoramento conceitual, epistemológico e metodológico.

PALAVRAS-CHAVE: COMUNICAÇÃO DE RISCOS; PESQUISA BIBLIOGRÁFICA; ABORDAGENS; BRASIL.

ABSTRACT

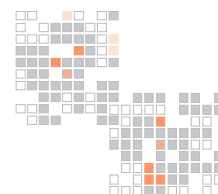
This article maps the trajectory of risk communication in Brazil, considering its interdisciplinary nature and the intensification of climate risks (Beck, 2011, 2018). Based on a systematic literature review, it identifies the evolution of the field, highlighting communication approaches. The aim is to investigate its development in order to broaden the debate within Communication in the context of climate disaster risks. The results reveal an academic output that is still incipient and fragmented, characterized by a managerial approach. In this regard, the article proposes a broader debate to enhance conceptual, epistemological, and methodological frameworks.

KEY WORDS: RISK COMMUNICATION; BIBLIOGRAPHIC RESEARCH; APPROACHES; BRAZIL.

RESUMEN

Este artículo mapea el recorrido de la comunicación de riesgos en Brasil, considerando su carácter interdisciplinario y la intensificación de los riesgos climáticos (Beck, 2011, 2018). A partir de una revisión bibliográfica sistemática, identifica la evolución del área, destacando los enfoques comunicacionales. El objetivo es investigar su desarrollo para ampliar el debate en el campo de la Comunicación en el contexto de los riesgos de desastres climáticos. Los resultados muestran una producción académica aún incipiente y dispersa, marcada por un enfoque gerencial. En este sentido, se propone un debate ampliado para el fortalecimiento conceptual, epistemológico y metodológico.

PALABRAS CLAVE: COMUNICACIÓN DE RIESGOS; INVESTIGACIÓN BIBLIOGRÁFICA; ABORDAJES; BRASIL.



1. Introdução

Embora lidar com os riscos não seja algo novo, a comunicação de riscos (risk communication, em inglês) é ainda uma área de estudos pouco conhecida por muitos cientistas, inclusive do próprio campo comunicacional. Este artigo busca demonstrar, por meio de pesquisa bibliográfica (Stumpf, 2015), quando e a partir de quais temáticas se iniciaram as pesquisas com foco nessa área no Brasil, discutindo abordagens e como se deu o desenvolvimento nesta área interdisciplinar até os dias de hoje. Após a apresentação do diagnóstico da área, busca-se propor uma agenda de pesquisa visando o fortalecimento da área desde a Comunicação.

Reconhecendo a ampliação dos riscos na contemporaneidade em razão de múltiplas crises que se sobrepõem e estão interligadas, a chamada policrise segundo Morin e Kern (1993), compreendemos que a comunicação de riscos ganha cada vez mais atenção por cientistas de diferentes áreas. A pandemia de covid-19 e a crise climática são exemplos recentes de acontecimentos globais que demandaram esforços em direção a uma compreensão e valorização da comunicação de riscos para redução de riscos de desastres (RDD) e aumento de atitudes preventivas.

Neste texto, buscamos identificar como a comunicação de riscos surge no Brasil e como tem se desenvolvido, considerando a maior frequência de desastres climáticos que eclodiram de Norte a Sul do País. Nosso foco é verificar onde a expressão é empregada e a partir de quais lentes, entendendo que a área é compartilhada por diferentes pontos de partida. Temos especial atenção aos riscos de desastres em virtude da intensificação das mudanças climáticas (IPCC, 2022). Amaral, Loose e Girardi (2024) defendem a denominação “desastre climáticos”, considerando a necessidade de construir a associação dos desastres com a potencialização das mudanças do

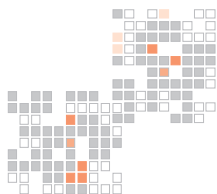
clima oriundas de decisões atreladas ao modelo de desenvolvimento hegemônico.

A partir da metodologia de análise documental, considerada como método e como técnica nos estudos das Ciências Sociais (Moreira, 2015), realizamos uma pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Portal de Periódico da Capes a fim de identificar as áreas e anos dos trabalhos publicados com a expressão “comunicação de risco/s” ou “comunicação do/s risco/s”, traduções em português de risk communication. Na sequência, debruçamo-nos sobre bases de dados da Comunicação, como os periódicos da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e o da Associação Latino-Americana de Pesquisadores em Comunicação (ALAIIC), para observar se haveria mudanças de compreensão desde o campo comunicacional. A sistematização e interpretação de dados foi guiada pela Análise de Conteúdo (Bardin, 2011).

Ao final, discutimos os achados da pesquisa e propomos uma agenda de pesquisa, que pode contribuir com a perspectiva de Beck (2018) de encarar o risco climático como uma forma de mobilização e a comunicação. Este é um primeiro esforço de identificar os rumos do debate de comunicação de riscos de desastres no País.

2. Origens e entendimentos

Precusores na área da comunicação de riscos, como Covello e Sandman (2001), apontam que, durante a década de 1970 a população confiava nas autoridades para decisões ambientais. No entanto, na década seguinte houve uma mudança, com o público exigindo participação ativa na formulação de políticas ambientais. A comunicação de riscos surgiu como resposta à necessidade de diálogo entre governo, indústria e público. Um dilema central nesse diálogo é a disparidade entre riscos reais e percebidos:



perigos com alta mortalidade podem gerar pouca preocupação, enquanto riscos menos letais podem causar grande alarme. Essa desconexão revela a complexidade da comunicação de riscos, que precisa equilibrar dados científicos com a percepção pública (Covello & Sandman, 2001).

A expressão “risk communication” surge em 1984 no debate sobre as discrepâncias do conhecimento científico na avaliação dos riscos e a sua relação com a percepção da população, que se ampliou com o avanço dos estudos (Powell & Leiss, 2005). Contudo, os estudos latino-americanos sobre percepção de risco, diretamente vinculados aos de comunicação de riscos, surgem na América Latina apenas depois da segunda metade de 1990, principalmente associados aos riscos de infecção por HIV (Moreno et al., 2010).

Uma das definições originárias e reconhecidas por grande parte da literatura especializada, proposta pelo National Research Council em 1989, define a comunicação de riscos como sendo “a interação entre atores muito diversificados e sobre temas estritamente relacionados com o risco ou sobre as preocupações, opiniões e/ou reações sobre riscos”.

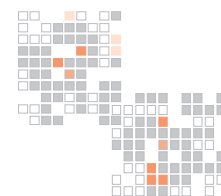
No processo da comunicação de riscos, vários fatores importam: mensagens inconsistentes, excessivamente complexas, confusas ou incompletas; a falta de confiança nas fontes de informação e instituições; reportagens seletivas pela mídia; fatores psicológicos e sociais que afetam como as informações são processadas; a participação da sociedade (ou a falta de participação) nas políticas de saúde pública, meio ambiente e governança climática. A aceitabilidade do risco e os fatores de indignação variam de acordo com valores, educação, experiência pessoal e inserção no resultado.

Farré e Iglesia (2011, p.126, tradução nossa), propositores da teoria da comunicação de risco contribuem com o seguinte conceito: “[...] comunicação de riscos é todo processo de

mediação e midiatização sobre os riscos que se estabelecem como formas de comunicação entre as comunidades que participam de sua definição simbólica e que o configuram e o definem socialmente”. Os autores argumentam que a área precisa ser vista a partir de duas dimensões: a constitutiva e a reflexiva porque o risco se constitui por intermédio da comunicação e, por sua vez, a comunicação precisa contribuir para a interpretação reflexiva sobre a dinâmica dos riscos (Farré & Iglesia, 2011).

A definição do que é comunicação de riscos contempla diferentes concepções. Monteiro (2009) entende o conceito em um sentido amplo, como qualquer comunicação pública ou privada sobre riscos, e outro com foco mais restrito, pensando na veiculação de informações envolvendo necessariamente especialistas no assunto. Já Prestes (2007) destaca a opinião pública, dizendo que, na comunicação de riscos, ela torna-se parte ativa do processo. Há quem reduza a comunicação de riscos ao momento de um desastre iminente ou ao momento da crise, em uma perspectiva da comunicação como ferramenta do gerenciamento de riscos, já conhecidos ou transformados em perigos concretos.

Há diferentes ênfases sobre a comunicação de riscos, algumas mais associadas aos aspectos psicológicos, de percepção social e das emoções (e. g. Roeser, 2012), outras à participação pública, com foco na inclusão da população nos processos decisórios (Di Giulio, Figueiredo & Ferreira, 2008), que apontam como a interação dialógica, bastante teorizada, segue sendo de difícil constatação na realidade por conta da hegemonia de modelos verticalizados de gestão, mais centrados nas autoridades políticas e/ou econômicas. Nessa visão técnica da comunicação de riscos, sustentada pelo pressuposto de déficit de conhecimento da população afetada, os especialistas comunicam para aqueles que são considerados leigos, de forma unidirecional.



Dessa forma, pela própria interdisciplinaridade da área, há variações conceituais, conforme delineiam Farré e Iglesia (2011); entretanto, é

comum haver duas abordagens, conforme mostra o Quadro 1:

Quadro 1. Conceitos e abordagens da Comunicação de Riscos

	Conceito limitado	Conceito amplo
Objetivos	Funcional (persuasão)	Melhorar as relações sociais
Emissores	Organizações e especialistas	Todo indivíduo e organização
Conteúdo	Informação técnica	Questões socioculturais
Fluxos	Unidirecional e vertical	Interativa e horizontal
Receptores	Público não especialista	Todo indivíduo e organização

Fonte: Farré e Iglesia (2011, p. 98).

Muitos autores não consideram os diferentes aspectos do processo comunicacional ou ainda reduzem a proposta da comunicação de riscos a uma interpretação de compartilhar informações (sem considerar os públicos, os fluxos, os objetivos, etc.). Este não é um problema exclusivo da área de comunicação de riscos, mas um dos desafios do campo comunicacional, que ainda reivindica uma legitimação perante outras ciências, que amadureceram nos limites da disciplinaridade.

Em pesquisa realizada no Google Acadêmico em português, inglês e espanhol, por artigos científicos de acesso gratuito, no segundo semestre de 2020, que relacionavam a comunicação de riscos e de desastres com a discussão a respeito do enfrentamento das mudanças climáticas, Loose, Moraes e Massierer (2021, p. 52) identificaram que “há mais publicações em língua inglesa, refletindo o estágio mais avançado das investigações sobre clima e comunicação no Norte Global”. Para as autoras, a comunicação de riscos é apresentada de forma instrumental, especialmente por autores que não são da área de Comunicação, embora haja um reconhecimento sobre o papel-chave da comunicação no processo de gestão de riscos, com pouco ou nenhum aprofundamento conceitual.

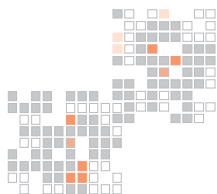
Moreno e Peres (2011), em estudo sobre estado da arte da comunicação de riscos na América Latina já tinham verificado uma limitada

contribuição de pesquisadores da região, mas apontavam que havia um incremento na área, sobretudo de estudos brasileiros e mexicanos.

A maior frequência de eventos extremos, deflagradores de desastres, pode ser um motivador de tais pesquisas, embora pesquisas específicas apontem lacunas. Um estudo bibliométrico centrado na “comunicação de risco de inundação”, realizado entre os anos de 2010 e 2020, nas bases Web of Science e Scopus, aponta ausência de autores da América Latina, embora as inundações sejam a tipologia de desastre mais comum na região (Fonseca, Silva & Garcias, 2022).

3. Cenário da comunicação de riscos no Brasil

Considerando a pouca literatura em português na área e a inexistência de revistas científicas ou grupos de trabalho específicos nos principais eventos de Comunicação no Brasil, buscou-se fazer um levantamento bibliográfico de todos os artigos do Portal de Periódicos da Capes (<https://www.periodicos.capes.gov.br/>) e de teses e dissertações disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD (<https://bdtd.ibict.br/vufind/>) que tinham no título as expressões “comunicação de risco/s” ou “comunicação do/s risco/s” (tradução mais usada em países como Moçambique e Portugal).



A pesquisa foi realizada entre 27 de janeiro e 04 de fevereiro de 2025, resultando em 41 artigos no Portal de Periódicos da Capes e 26 na BDTD.

Os trabalhos foram sistematizados por autoria e ano de publicação; no caso de teses e dissertações, somaram-se os dados dos orientadores principais e das áreas dos programas de pós-graduação. Depois, a partir da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), todos os resumos foram lidos e classificados segundo a categorização temática que segue:

- Risco ambiental (inclui questões territoriais e de governança ambiental)
- Risco à saúde (inclui doenças, uso de agrotóxicos, contaminação, etc.)
- Risco de desastre (inundações, risco sísmico, risco de desastres naturais, etc.)
- Risco à reputação da organização
- Risco tecnológico e nuclear
- Outros (inclui estudos de caráter mais teórico, sem explicitação de um risco específico ou com foco outras áreas, como divulgação científica, por exemplo)

Nesta primeira etapa, não especificamos o tipo de desastre, partindo de uma análise mais panorâmica dos usos e desdobramentos de pesquisas acerca da comunicação de riscos. As categorias emergiriam da própria leitura dos resumos, sendo então fruto de uma categorização não apriorística (Gomes Campos, 2004), no qual as categorias surgem dos dados, ou seja, não foram pré-estabelecidas.

Dentre os artigos encontrados no Portal de Periódicos da Capes, o mais antigo é de 1995, chamado “Comunicação de riscos tecnológicos ambientais”, de Luiz Carlos de Martini Júnior. Chama a atenção que o tema

só volta a aparecer nos títulos novamente em 2007, quando foram identificados cinco artigos, todos com foco nas organizações. Verificou-se, posteriormente, que algumas dessas publicações de 2007 faziam parte de um dossiê temático da Revista *Organicom - Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas*, da Universidade de São Paulo (USP), sobre “Comunicação de risco e crise: prevenção e gerenciamento”.

Na sequência, há um novo silenciamento do tema até 2011, mas com maior volume a partir da segunda metade dos anos 2000 (dez artigos publicados entre 2016 e 2019). Como esperado, o maior volume de artigos foi encontrado a partir dos anos 2020, com destaque para este ano, quando nove artigos foram publicados. Importante recordar que a partir de 2019 houve uma atenção maior por parte dos cientistas no debate sobre comunicação de riscos em razão da pandemia de covid-19.

Na pesquisa realizada na BDTD, com as expressões já citadas, foram encontradas 26 teses e dissertações, sendo o primeiro trabalho publicado em 2001, pela pesquisadora Cilene Victor, que se torna uma referência brasileira na área. A tese “Comunicação de riscos ambientais - uma ferramenta para a tomada de decisão: estudo de caso: projeto de incineração de resíduos sólidos domiciliares para a cidade de São Paulo”, orientada pelo professor Carlos Celso do Amaral e Silva, foi defendida na Faculdade de Saúde Pública da USP.

O Gráfico 1 mostra as recorrências (quantidade de trabalhos) de trabalhos por ano. Os artigos, na cor azul, representam a busca no Portal de Periódicos da Capes, e as teses e dissertações, na cor laranja, os resultados encontrados na BDTD:

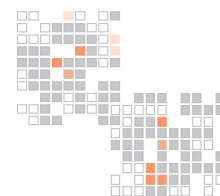
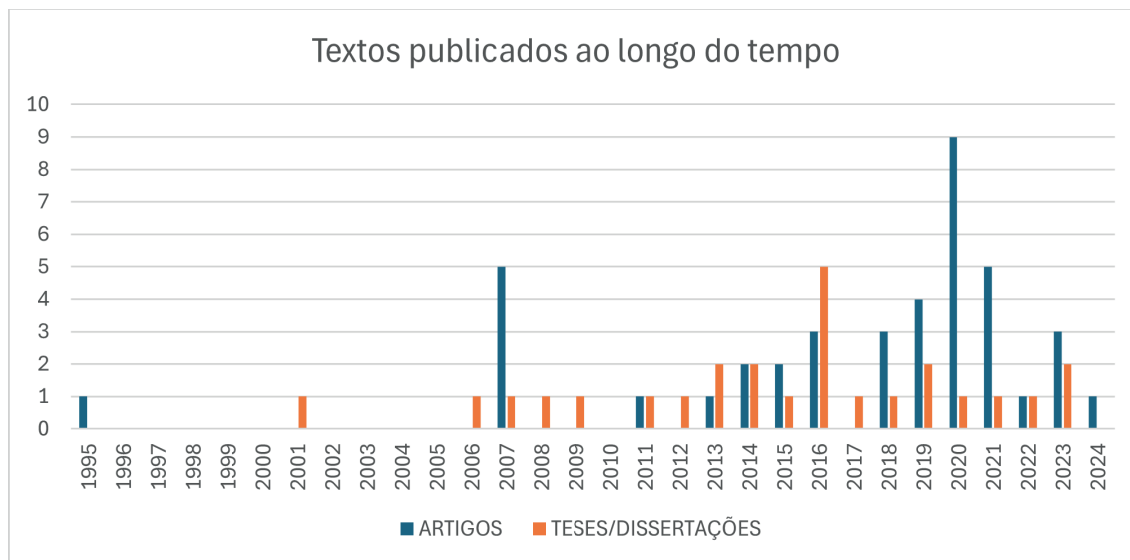


Gráfico 1. Teses e dissertações publicadas com o título Comunicação de Risco(s) no Portal de Periódicos da Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), entre 1994 e 2024.



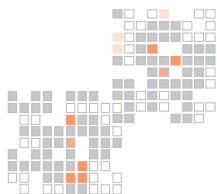
No caso da busca das teses e dissertações que têm nos títulos a expressão em estudo, identificamos que dos 26 trabalhos encontrados apenas cinco foram elaborados em programas de pós-graduação (PPG) em Comunicação. Isso significa que 80,7% das pesquisas realizadas foram forjadas em espaços multi ou interdisciplinares - ou ainda em PPG que tinham como foco outra área de conhecimento, como Administração Pública, Serviço Social, Farmacologia e Agronomia.

Verificou-se que são poucos os PPGs que possuem mais de um trabalho sobre comunicação de riscos, mas programas com foco em saúde (ex.: Ensino na Saúde, Saúde Ambiental, Saúde Coletiva e Saúde Pública) foram os que mais se dedicaram à área (sete trabalhos ao total). Também se destaca que, na área da Comunicação, há o PPG em Informação e Comunicação em Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz, que produziu um dos trabalhos encontrados.

Na sequência, aparecem as contribuições de PPGs voltados para a área ambiental (ex.: Práticas em Desenvolvimento Sustentável,

Gestão e Sustentabilidade, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, etc.), com cinco trabalhos. Outros programas multidisciplinares, como de Extensão Rural e de Política Científica e Tecnológica, somaram cinco trabalhos.

Acerca do tema predominante, os trabalhos com foco no risco à saúde foram preponderantes. A Organização Mundial da Saúde (OMS) é uma das instituições que contribui para a popularização da área, embora a abordagem nem sempre seja ampliada, estando bastante próxima de uma lógica gerencial. Em seu site, a OMS (2025) define comunicação de riscos como a troca entre diferentes atores para que as pessoas em situação de risco tomem decisões informadas, ressaltando que a “comunicação de riscos é uma ferramenta essencial na preparação e resposta a emergências” (2025, tradução nossa). Além disso, temos no Brasil espaços de discussão e grupos de pesquisa dedicados às interfaces de comunicação de riscos e saúde, responsáveis por avanços na área (e.g. Martins & Spink, 2015; Silva



Lopes & Ulysséa Leal, 2020).

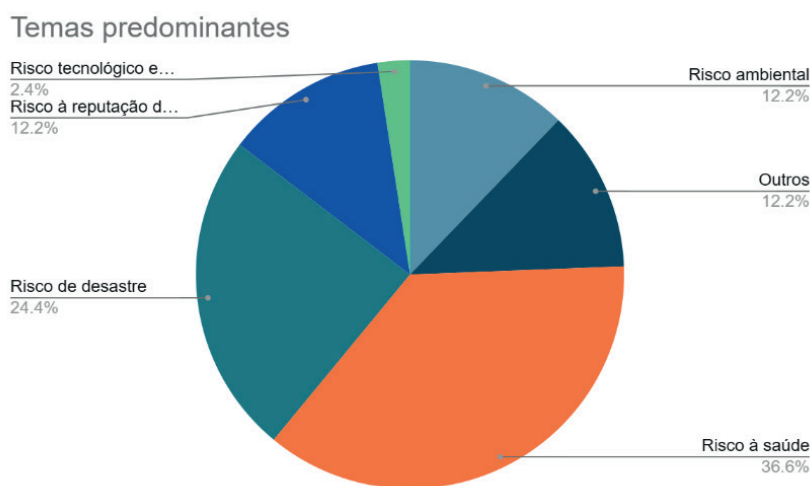
Mesmo antes de se falar em comunicação de riscos, é possível encontrar estudos brasileiros sobre a comunicação para a prevenção da AIDS, que foram um marco de denúncia ao modelo comunicacional estatal dos anos 1980, considerado de caráter difusionista, com campanhas que cristalizavam valores e posturas institucionais, reverberadas por discursos midiáticos higienistas. Nessa época, Pitta (1998; 2002) e Fausto Neto (2003) já apontavam a necessidade para a produção de sentidos que levassem em conta as alteridades discursivas de diferentes atores sociais, como enunciadores dinâmicos e multicêntricos, incluindo nas campanhas discursos de pessoas socialmente excluídas na mídia e a criação de políticas públicas de comunicação para a saúde.

Quinteros (2023) identificou que a comunicação de riscos se fortalece na área de Saúde Pública. Pelo menos desde o início

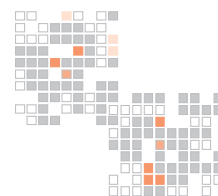
dos anos 2000, é possível encontrar estudos relacionados à visibilidade pública dos riscos pela mídia e a como se comunicar melhor com a população para abordar assuntos científicos para a prevenção de epidemias sanitária (e. g. Villela, 2016). Com a pandemia de covid-19, houve um incremento ainda maior nas investigações.

Como exemplo prático da aplicação dessa discussão no contexto da saúde, citamos o caso da vacinação no período da pandemia, quando a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) recorreu à estratégia de comunicação de riscos e participação comunitária. Nesse contexto, as ações foram orientadas a partir dos seguintes princípios: construção de relações mutuamente benéficas; definição e capacitação de diversos interlocutores para compartilharem mensagens; reforço do papel das lideranças e da confiança nas instituições, e manutenção do diálogo permanente sobre todas as questões de interesse público (OPAS, 2021).

Gráfico 2. Temas predominantes nas teses e dissertações publicadas no Portal de Periódicos da Capes, entre 1994 e 2024.



Fonte: As autoras (2025).



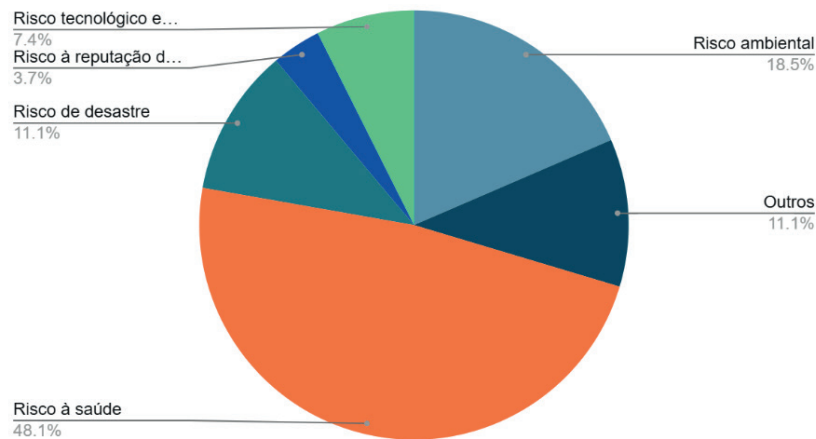
Tal cenário pode ser justificado tanto pelo número de PPGs na área da Saúde, quanto pela sua história. Nunes, Ferreto e Barros (2010) recordam no início desses PPGs “saúde coletiva” não constava nos nomes. Os autores citam que, em 1970 foi criado o primeiro PPG na Faculdade de Saúde Pública da USP; em 1971, na Faculdade de Medicina/USP/Ribeirão Preto; em 1973, na Faculdade de Medicina/USP/São Paulo; em 1973, na Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia; e, em 1974, o mestrado em Medicina Social do Instituto de Medicina Social (IMS)/UERJ. O gráfico 2. mostra a distribuição dos temas encontrados na busca realizada no Portal de Periódicos da Capes: As 26 teses e dissertações encontradas na BDTD, também

tiveram a saúde como tema predominante, como mostra o Gráfico 3.

Os dois repositórios sinalizam que pesquisas associadas aos riscos à saúde, ao meio ambiente e aos desastres compõem a maioria dos estudos brasileiros na área. Em razão da expressão escolhida para busca, é possível que mais trabalhos tenham sido produzidos sem evidenciar “comunicação de/dos riscos” nos títulos, mas isso também demonstra o quanto a área é reconhecida ou entendida como prioritária pelos cientistas. Assinalamos ainda os casos computados em “outros”, que usaram a expressão de forma indiscriminada, não refletindo o debate proposto em nenhuma das abordagens discutidas na literatura.

Gráfico 3. Temas predominantes nas teses e dissertações publicadas Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), entre 1994 e 2024.

Temas predominantes



Fonte: As autoras (2025).

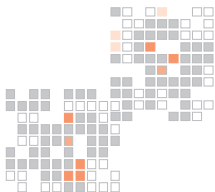
Considerando a atuação das autoras, após a etapa de identificação panorâmica, debruçamos de forma específica, sobre os trabalhos acerca dos riscos de desastre¹. Dentre os resultados, 13

textos (três trabalhos finais de pós-graduação e 10 artigos), tratavam desse tema.

A partir da leitura desses resumos, realizamos uma nova categorização, também não apriorística,

1 Não focamos na expressão “risco de desastre climático” por compreender que esta qualificação é bastante recente e poderia inviabilizar a discussão. Risco de desastre refere-se à potencialidade de ocorrer algo nocivo ou danoso para a sociedade, considerando ameaças

e vulnerabilidades (GIRD+10, 2021). Como pesquisadoras da área, entendemos que, mesmo sem a adjetivação, a crise climática é intensificadora de desastres, impactando aspectos sociais, econômicos, políticos, ecológicos e culturais.



buscando compreender a predominância do enfoque acerca da comunicação de riscos. Nosso objetivo foi compreender como os autores entendiam o conceito. Após a leitura flutuante dos textos, chegamos a quatro categorias formuladas a partir do método proposto por Bardin (2011):

Abordagem gerencial - quando a comunicação de riscos é normativa em planos de contingência e/ou de prevenção e mitigação de impactos ou ainda percebida como uma ferramenta ou tecnologia para auxiliar na gestão de riscos de desastres. O foco está na implementação de estratégias centradas na informação e divulgação;

Abordagem da governança - quando é compreendida como diretriz no processo de gestão dos riscos e envolve a participação na tomada de decisão de segmentos representativos de diversas instituições;

Abordagem midiática - quando é voltada para o

papel da mídia, sobretudo do campo jornalístico (amplificação ou atenuação dos riscos; melhora da qualidade da cobertura; desafios e lacunas relacionados à comunicação midiática sobre riscos; análises de coberturas, etc.);

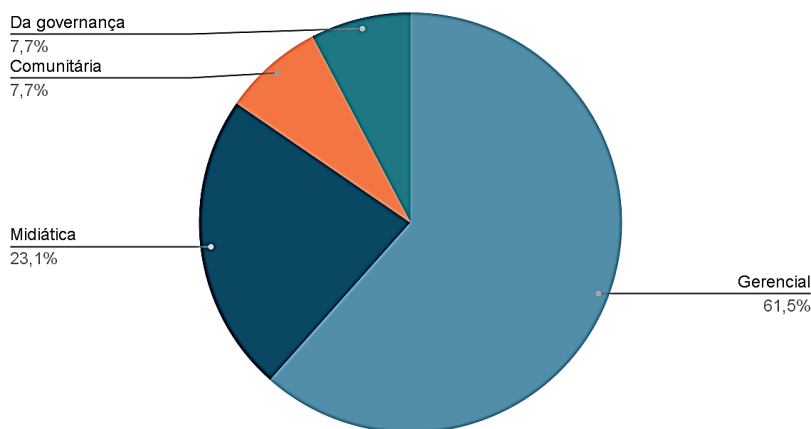
Abordagem comunitária - quando a comunicação de riscos é integrada nas diretrizes estratégicas para promover a participação efetiva da comunidade que vive em área de risco climático agudo, em programas e planos de percepção de riscos, prevenção e mitigação de impactos.

A distribuição dos 13 trabalhos nas categorias que apontam abordagens da comunicação de riscos revela que a ideia da expressão como ferramenta no processo de gestão de riscos de desastres segue sendo majoritária, conforme mostra o Gráfico 4.

Gráfico 4. Abordagens comunicacionais: governança;

comunitária; midiática; gerencial.

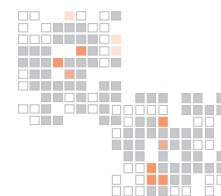
Abordagens comunicacionais



Fonte: As autoras (2025).

A análise dos resumos permite identificar que a abordagem midiática está diretamente conectada à prática jornalística, seja pela compreensão dos seus aspectos deontológicos, seja pela análise da cobertura (e. g. Delevati, 2012; Loose & Girardi, 2018). No caso da abordagem comunitária,

ela ficou centrada em um trabalho que se debruçou sobre os Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil, observando o papel da comunicação de riscos na escala local (Fonseca & Garcias, 2021). A abordagem da governança foi considerada em um texto que evidenciou a visão



das partes envolvidas para pensar no processo comunicacional (afetados ou potencialmente afetados pelos riscos, representantes de instituições responsáveis pela comunicação de riscos, de agências ambientais e consultorias), apontando para a ideia de um processo horizontal e democrático (Oliveira, Costa & Freitas, 2023).

A abordagem instrumental, associada à ideia de ferramenta, tecnologia ou canal de divulgação, foi mais acionada, em oito resumos. Compreensões de que a comunicação de riscos se reduz à propagação de informações via mídias aparecem, como aqui: “O objetivo deste artigo foi destacar o papel das tecnologias, como mídias sociais e telefonia móvel, nas comunicações de risco de desastres e propor uma solução que contribua com essa relevante etapa do gerenciamento e resposta aos desastres” (Monteiro, Guimarães & Moura, 2020) e “[...] o uso de tecnologias de comunicação de riscos é considerado fundamental para promover a circulação de informações e o engajamento de atores em ações de caráter preventivo” (Martins, 2013).

4. Mapeamento desde a perspectiva comunicacional

Embora tenhamos detectado nas bases gerais uma escassez de publicações, resolvemos realizar um segundo estudo exploratório com as mesmas variações da expressão em análise, “comunicação de/dos risco/s” em periódicos relevantes da área da Comunicação, o da Intercom e o da ALAIC. O critério dessa escolha deu-se pelo reconhecimento institucional das revistas no campo comunicacional. A Intercom, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, desde sua fundação (1977), atua no desenvolvimento de produção científica e promove encontros periódicos, simpósios e congressos regionais e nacionais. A relação institucional entre a Intercom e a Asociación Latinoamericana de Investigadores de la

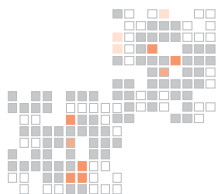
Comunicación – ALAIC, criada em 1978, é caracterizada por uma colaboração acadêmica contínua sobre estudos de comunicação na América Latina.

Adotando o mesmo procedimento das demais buscas, pesquisou-se o portal da Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, editada pela ALAIC (<https://revista.pubalaic.org/>), realizando o levantamento de todos os artigos publicados nas edições de 2024 a 1980 (postados na plataforma entre 2011 e 2024). A busca foi realizada entre 28 de janeiro e 03 de fevereiro de 2025, mas não identificou artigos com “comunicação de risco/s”; “comunicação do/s risco/s”; “comunicación de riesgo”; ou “comunicación de riesgos” nos títulos.

Nossa segunda tentativa foi na Revista Intercom (RBCC) (<https://revistas.intercom.org.br/>), o mais antigo dos periódicos da área de Comunicação no Brasil. O período das publicações pesquisadas é de 1980 a 2024 e os dados foram coletados entre 12 e 14 de fevereiro de 2025. O resultado da pesquisa indicou a inexistência de artigos publicados com as expressões “comunicação de risco/s” e/ou “comunicação do/s risco/s” nos títulos, durante os 44 anos da revista.

Apesar de não termos identificados trabalhos em duas das principais revistas de referência para a Comunicação, entendemos que o procedimento de busca (uso da expressão no título) e até o funcionamento dos buscadores nas plataformas das revistas são limitadores da investigação. Conhecemos autores que se dedicam ao tema, mas não usaram a expressão-chave nos títulos de seus trabalhos. Um exemplo disso são as contribuições trazidas por Cilene Victor (2015, 2021), orientadas para a comunicação de riscos de desastres (CRD).

Segundo Victor (2021), é importante mudar o paradigma hegemônico que entende comunicação como mera transmissão de



informação. Tal perspectiva é comum a Farré e Iglesia (2011), que, ao colocar em oposição o conceito limitado e amplo de comunicação de riscos, expõem as fragilidades da perspectiva gerencial. A comunicação é um processo social mais complexo, onde as interações podem ser emancipadoras, colaborativas ou conflitivas, dependendo de interesses, relações de poder, percepções, emoções e, principalmente, da situação de vulnerabilidade aos desastres. Victor (2015, 2021) desenvolveu uma proposta de CRD, pensando na interação entre todos os interlocutores impactados direta ou indiretamente pelos riscos de desastre. A proposta envolve quatro modelos, que se complementam: intrainstitucional, interinstitucional, midiático e comunitário. Os modelos enfatizam os principais públicos que precisam ser considerados na gestão de riscos de desastres.

Outro exemplo é Quinteros (2023), que se alinha às propostas de Victor (2015; 2021) e Farré e Iglesia (2011), entendendo que a CRD se dá a partir de processos de mediação e mediação, e propõe duas abordagens complementares: 1) uma relacionada à ciência da comunicação pública, cujos fundamentos estão na participação ativa, democrática e inclusiva da sociedade por meio de debates permanentes sobre as políticas públicas globais, nacionais, regionais e locais; e 2) uma relacional, uma vez que são as relações sociais que potencializam o desenvolvimento e compreensão dos processos de interações institucionais e comunitárias, sempre à luz dos princípios da justiça climática.

5. Discussão dos resultados

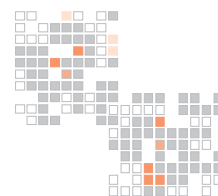
Os trabalhos identificados e analisados no Portal de Periódicos da Capes e na BDTD reforçam que pesquisadores se apropriam da comunicação de riscos de formas bastante distintas, mas a perspectiva gerencial segue sendo majoritária. A pesquisa revela que, embora a comunicação

de riscos seja uma área interdisciplinar (Loose, Moraes & Massierer, 2021), nem sempre é possível verificar o diálogo entre as áreas de conhecimento. Diferentes entendimentos coexistem na área, sendo difícil encontrar conceituações e debates epistemológicos que sustentem tais abordagens.

Os resultados deste estudo exploratório revelam uma lacuna na produção científica sobre comunicação de riscos no cenário brasileiro, especialmente no que se refere aos riscos de desastres. Os riscos à saúde, responsáveis por inaugurar a área no contexto brasileiro, seguem fomentadores de novos estudos sobre comunicação de riscos.

Por outro lado, a cronologia dos trabalhos encontrados indica um maior interesse pela área nos últimos anos. Do ponto de vista dos riscos de desastre, levando-se em conta as previsões dos cientistas climáticos e o debate da sociedade de risco (Beck, 2011), mais situações demandarão ações comunicacionais que possam prevenir e gerar autoproteção. Nessa direção, propomos uma agenda de pesquisa com o intuito de qualificar a área e reduzir a visão instrumental da comunicação em produções oriundas de outros campos de conhecimento:

1. Avançar no debate conceitual e epistemológico da comunicação de riscos e seu cruzamento com os estudos centrados em RRD, gestão e governança de riscos, e percepção de riscos, desde uma perspectiva Sul Global;
2. Propor metodologias interdisciplinares para investigar o processo comunicacional no âmbito dos riscos de desastres, de modo que pesquisadores de outras áreas possam contribuir com achados nessa área – e não tomá-lo de forma reducionista, como sinônimo de informação e de divulgação científica, por exemplo;
3. Considerar a ausência de oportunidades de participação social nas decisões



sobre os riscos como sendo mais uma vulnerabilidade que agrava os efeitos do desastre;

4. Aproximar o campo comunicacional dos estudos de percepção de risco, tão caros para aprimoramento de estratégias comunicacionais efetivas;
5. Fomentar a inclusão de políticas de comunicação climática nas políticas públicas no âmbito da América Latina e das cidades, com diretrizes específicas de comunicação de riscos de desastres e comunicação pública.

6. Considerações finais

Os estudos na área indicam que a comunicação de riscos evoluiu significativamente ao longo do tempo, passando de uma abordagem que só interessava a divulgação científica, ignorava a pluralidade de públicos e as diferentes percepções, para uma abordagem que os reconhece como potência nos processos de tomada de decisões. Porém, como verificado neste estudo, ainda há necessidade de ampliação da literatura desde a perspectiva Sul Global e, especificamente, do Brasil.

A escassez de estudos brasileiros, sobretudo desde o campo comunicacional, mostra que há um longo percurso a ser percorrido no contexto

de emergência climática no qual estamos inseridos. Para darmos conta de um conceito amplo, partindo das questões socioculturais do território, o conceito amplo de Farré e Iglesia (2011) deve ser operacionalizado, além de ser centrado nas pessoas, segundo indica o Marco de Sendai (UNISDR, 2015).

O campo comunicacional tem muito a contribuir com a RRD, em contraste com as comunicações normativas estabelecidas tradicionalmente nas instituições. Os achados deste estudo tornam indispensável e urgente o incentivo e realização de mais pesquisas a partir das Ciências da Comunicação. Que este breve diagnóstico, apesar das limitações (a escolhas das bases, o uso da expressão como palavra-chave e o critério dela estar no título do trabalho), possa encorajar novos estudos.

Urge ainda que a visão emancipadora de Ulrich Beck (2018) sobre os riscos globais potencialize a comunicação pública do clima e riscos de desastres como constituinte de uma verdadeira metamorfose. Novas formas de socialização precisam ser reconhecidas e investigadas a partir de abordagens direcionadas aos processos de interação social, à (in)visibilidade dos riscos, à metamorfose digital da sociedade e, principalmente, à luz dos princípios da justiça climática.

Referências

Amaral, M. F. Loose, E. B. & Girardi, I. M. T. (2024). *Manual para a cobertura jornalística de desastres climáticos*. Santa Maria: Facos. Disponível em: <https://jornalismoemeioambiente.com/wp-content/uploads/2025/02/manual-para-a-cobertura-de-desastres-climaticos.pdf>. Acesso em 17 mai 2025.

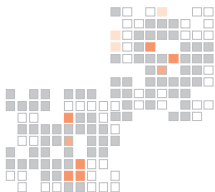
Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Beck, U. (2018). *A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade*.

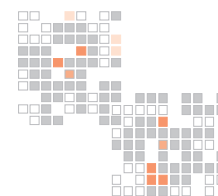
Trad. Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Zahar.

Beck, U. (2011). *Sociedade de risco: Rumo a uma outra modernidade*. Trad. Sebastião. Nascimento. 2ª ed. São Paulo: Editora 34.

Covello, V. T. & Sandman, P. Comunicação de Risco: Evolução e Revolução (2001). In: *Soluções para um ambiente em perigo*. Anthony Wolbarst (ed.). Baltimore: John Hopkins University Press, 2001 pp. 164–178 Washington, DC: National Science Foundation. Disponível em: < <http://www.psandman.com/articles/covello.htm> > Acesso em 03 fev 2025.



- Delevati, A. (2012). *Comunicação de risco e cobertura de desastres: o campo jornalístico e as fontes especializadas*. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática). Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria.
- Di Giulio, G. M. (2010). *Comunicação e governança do risco: exemplos de comunidades expostas à contaminação por chumbo no Brasil e Uruguai*. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade). São Paulo: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.
- Di Giulio, G. M., Figueiredo, B. & Pereira, N. (2005). *Comunicação de Risco nas Áreas de Meio Ambiente e Saúde: O Papel dos Pesquisadores*. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Disponível em: <<https://www.portcom.intercom.org.br/>>. Acesso em: 06 fev.2025.
- Fausto Neto, A. AIDS e novas políticas de reconhecimento (2003). In: Silva, J. O. & Bordin, R. (orgs.). *Máquinas de sentido: processos comunicacionais em saúde*. Porto Alegre: Escola de Gestão Social em Saúde, Promed. pp.39-51.
- Farré, J. C. & Iglesia, J. L. (2011). *Teoría de la Comunicación de Riesgo*. Barcelona: Editorial UOC.
- Fonseca, M. N., Da Silva, L. & Garcias, C. (2022). Flood Risk Communication. *Mercator*, 21. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/e21027>>. Acesso em: 06 fev. 2025. <https://doi.org/10.4215/rm2022.e21027>.
- Fonseca, M. N. & Garcias, C. M. (2021). O papel dos núcleos comunitários de proteção e defesa civil na comunicação de risco de desastre, *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, 1(8). <https://doi.org/10.51896/CCS/AXHI6533>.
- GIRD+10: *Caderno técnico de gestão integrada de riscos de desastres* (2021). Brasília- DF: Ministério do Desenvolvimento Regional: Secretaria de Proteção e Defesa Civil.
- Gomes Campos, C. J. (2004). Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Rev Bras Enferm*, 57(5), pp. 611-4.
- IPCC. *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability* (2022). Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, M. Tignor, E.S. Poloczanska, K. Mintenbeck, A. Alegría, M. Craig, S. Langsdorf, S. Löschke, V. Möller, A. Okem, B. Rama (eds.)]. Cambridge University Press. Cambridge University Press, Cambridge, UK and New York, NY, USA. 10.1017/9781009325844.
- Loose, E. B., Moraes, C. & Massierer, C. (2021). Comunicação de riscos e desastres versus comunicação para mitigação e adaptação. In: Cano, D, R., Mancinas Chávez, R. & Fernández Reyes, R. (Org.). *La comunicación del cambio climático, una herramienta ante el gran desafío*. 1ª ed. Madri: Dykinson. v. 1, pp. 36-55.
- Loose, E. B. & Girardi, I. M. T. (2018). Antes do desastre: notas a respeito do Jornalismo, da comunicação de riscos, da prevenção e do envolvimento cidadão. *Revista Mediaciones Sociales*, 17, pp. 209-222. <https://doi.org/10.5209/MESO.60464>
- Martini Júnior, L. C. (1995). Comunicação de riscos tecnológicos ambientais. *Prod.*, 5(2). <https://doi.org/10.1590/S0103-65131995000200002>
- Martins, M. H. M. (2013). *O uso de tecnologias de comunicação de riscos para prevenir desastres*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). São Paulo: Pontifícia Universidade de São Paulo.
- Martins, M. H. M. & Spink, M. J. P. (2015). O uso de tecnologias de comunicação de riscos de desastres como prática preventiva em saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 19, pp. 503-514.
- Monteiro, M. G. M. F. (2009). *Ciência e risco: as controvérsias como procedimento da comunicação pública em um contexto democrático*. Tese (Doutorado) Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação.
- Monteiro, V. L., Guimarães, M. V. & Moura, R. A. (2020). A logística humanitária e o papel das mídias sociais na comunicação de riscos de desastres, *CIMATech*. <https://doi.org/10.37619/ISSN2447-5378.V7I1.333.11-19>
- Morin, E.; Kern, A. B. (2000). *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulina.
- Moreira, S. V. (2015). Análise documental como método e como técnica. In: Duarte, J. & Barros, A. *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2. ed. São Paulo: Atlas. pp. 269-280.
- Moreno, A. R. & Peres, F. (2011). El estado del arte de la comunicación de riesgos en la región de América latina. *Revista de Comunicación y Salud*, 1(1), pp. 55-71. [http://doi.org/10.35669/revistadecomunicacionysalud.2011.1\(1\).55-71](http://doi.org/10.35669/revistadecomunicacionysalud.2011.1(1).55-71)
- Moreno, A. R. et al. (2010). La comunicación de riesgos en América Latina. In: Galvão, L. A. et al. (Eds.) *Los determinantes ambientales y sociales de la salud*. Washington, D.C.: OPS.



- Nunes, E. D., Ferreto, L. E. & Barros, N. F. (2010). A pós-graduação em Saúde Coletiva no Brasil: trajetória. *Ciênc. saúde coletiva*, 15 (4). <https://doi.org/10.1590/s1413-81232010000400008>
- Oliveira, U. V, Costa, R. C. & Freitas, J. G. (2023). O que faz uma comunicação de risco ser eficiente? A visão dos envolvidos. *Revista Ambiente e Sociedade*, 26. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc0061r1vu2023L3AO>
- Organização Mundial da Saúde (OMS). *Risk communication and community engagement*. Genebra: OMS, [s.d.]. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/risk-communications>. Acesso em: 17 mai 2025.
- Pitta, A. R. (2002). Por uma política pública de comunicação em saúde. *Revista Saúde e Sociedade*, 11(1), pp. 85-93. [tps://doi.org/10.1590/S0104-12902002000100009](https://doi.org/10.1590/S0104-12902002000100009)
- Pitta, A. R. (1998). Estratégias de comunicação para prevenção da AIDS: Estudo de caso em Salvador, Bahia. *Revista Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, 2(2), pp. 23-24.
- Powell, D. & Leiss, W. (2005). Um diagnóstico das falhas de comunicação sobre riscos. In: Massarni, L., Turney, J & Castro Moreira, I. (Orgs.). *Terra incógnita: a interface entre ciência e público*. Rio de Janeiro: Fiocruz. pp.183-201.
- Prestes E. (2007). Comunicação de Risco, elemento-chave na gestão de crises corporativas e um desafio para o século XXI: a teoria na prática, situação atual e tendências. *Organicom*, 6, pp. 87-99.
- Quinteros, C.C. (2023). *A comunicação pública do clima e riscos de desastres*: Imbricações comunicacionais sobre as políticas públicas em Curitiba, Brasil. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação: Interfaces Sociais da Comunicação). São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Roeser, S. (2012), Risk Communication, Public Engagement, and Climate Change: A Role for Emotions. *Risk Analysis*, 32 (6), 1033-1040.
- Silva Lopes, I. & Ulysséa Leal, D. (2020). Entre a pandemia e o negacionismo: a comunicação de riscos da Covid-19 pelo governo brasileiro. *Revista Latinoamericana Comunicación Chasqui*, 1, pp. 261-280.
- Stumpf, I. R. C. Pesquisa bibliográfica (2015). In: In: Duarte, J. & Barros, A. *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2. ed. São Paulo: Atlas. pp. 51-61.
- UNISDR, United Nations International Strategy for Disaster Reduction (2015). *Sendai framework for disaster risk reduction 2015–2030*. Geneva
- UNDRR, United Nations Office for Disaster Risk Reduction (2025). Disponível em: <https://www.undrr.org/risk-communication>>. Acesso em: 03 fev.2025.
- Victor, C. & Sulaiman, S. (2021). Para além da informação: modelos e recursos para a comunicação de riscos. In: *GIRD+10: caderno técnico de gestão integrada de riscos e desastres*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Regional: Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. pp.134-140
- Victor, C. (2015). Comunicação de riscos de desastres no contexto das mudanças climáticas: muito além do jornalismo. *XXXVII Congresso de Ciências da Comunicação. Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. Rio de Janeiro.
- Victor, C. (2001). *Comunicação de riscos ambientais - uma ferramenta para a tomada de decisão: estudo de caso: projeto de incineração de resíduos sólidos domiciliares para a cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado em Saúde Ambiental). São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Villela, E. F. M. (2016). Comunicação de risco versus comunicação de crise na saúde pública: o discurso das autoridades diante de uma epidemia de dengue. *RECIIS*, 10(4). <https://doi.org/10.29397/reciis.v10i4.1178>

Artigo enviado em 03/03/2025 e aceito em 22/05/2025.

